

MANUAL



FÉRIAS COLETIVAS (COVID-19)



Férias Coletivas (COVID-19)

Implementado na folha de Férias Coletivas a opção de Antecipação de Férias conforme MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020 (COVID-19) e também o termo de acordo para antecipar férias a serem usados nestes casos.

CAPÍTULO IV

DA CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS

Art. 11. Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregador poderá, a seu critério, conceder férias coletivas e deverá notificar o conjunto de empregados afetados com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, não aplicáveis o limite máximo de períodos anuais e o limite mínimo de dias corridos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Art. 12. Ficam dispensadas a comunicação prévia ao órgão local do Ministério da Economia e a comunicação aos sindicatos representativos da categoria profissional, de que trata o art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Férias Coletivas no Athenas:

Em Pessoal > Movimentação > Cálculo de Folha

1- Clicar em NOVA

1- Selecione o PROCESSAMENTO: 13- Férias Coletivas

2- Selecione as opções de Filtros:

Função: Utilizado quando a empresa deseja calcular férias coletivas para funcionários que ocupam determinada função.

Pode ser selecionado mais de uma função separando-as com ; (ponto e vírgula).

Colaboradores: Utilizado para selecionar os funcionários quando as férias coletivas não forem para todos os funcionários.

Podem-se selecionar os funcionários segurando a tecla CTRL e clicando nos funcionários na tela de procura ou separando-os com ; (ponto e vírgula).

Procura Registros

Condições da Pesquisa | Classificação da Pesquisa | Texto SQL | Campos de Pesquisa

Campo: CODIGO | Comparação: Não Está em Branco | Comparar Com:

Resultado da Pesquisa

CODIGO	MATRICULA	NOME	DATAADMISSAOEMPRESA	D
13		PAULO HENRIQUE	01/03/2007	0
14		PAOLA DA CONCEICAO	09/08/2004	0
15		GILDA CARDOSO	10/02/2005	1
16		JUSTINE DA COSTA	12/12/2006	1
22		ANA CLARA	2007	0

☒ Executar após 1ª Comparação

Executar | Limpar | Imprimir | Exportar | Padrão | **OK** | Cancela

O sistema informa no campo **Colaboradores**: Mais de uma Seleção.

Colaboradores

23;25 Mais de uma Seleção

Médias: Calcula a média referente ao período aquisitivo.

Média dos Últimos 12 Meses: Calcula a média referente aos últimos 12 meses.

Data do Aviso: Informar a data em que foi feito o Aviso das Férias.

Período de Gozo: Informar o período das férias coletivas.

Licença Remunerada: Marcar essa opção quando a empresa optar por pagar como licença remunerada os dias dos funcionários que não tem direito a parte ou total das férias coletivas. Se essa opção estiver DESMARCADA, o sistema irá alterar a Data Fim de Gozo, sobre os dias que o funcionário tem de direito.

Rateio por Mês: Rateia o valor das férias caso não sejam todos os dias dentro do mesmo mês.

Não Calcula para Estagiários: não inclui estagiários na folha.

Ajustar período com saldo inferior a 5 dias: ajusta o período para funcionários com menos de 5 dias de gozo de férias.

Permite licença remunerada maior que 30 dias: permite dá mais de 30 dias de licença remunerada.

Antecipação de Férias: permite a antecipação de férias com antecedência de no mínimo 48 horas, por escrito ou meio eletrônico, com a indicação do período a ser gozado pelo empregado, conforme MP Nº 927 de 22/03/2020.

Abono: Preencher o período de Abono, caso haja.

- 3- Depois de definir todos os parâmetros acima citados, clique em **Todos** para o sistema processar as férias.

- 4- Depois de conferir a folha, clique em Efetivar e depois na aba **Férias Coletivas**, clique em **Imprimir**.
- 5- Selecione a impressora e clique em **OK**.
- 6- O sistema irá enviar todos os recibos para a impressora e dará a mensagem: Terminado.
- 7- Clique em **OK** para finalizar o processamento das Férias Coletivas.

Empresa:		CNPJ:	
Endereço:			
Empregado:		Matrícula:	Folha/Ficha:
CTPS/Série:		Função: TESOUREIRO (A)	Seção: FINANCEIRO

AVISO DE FÉRIAS COLETIVAS

Comunicamos a , Matrícula: portador(a) da CTPS nº Série Seção: FINANCEIRO.

Nos termos das disposições legais vigentes, suas férias serão concedidas conforme demonstrativo abaixo:

Período Aquisitivo	Período de Gozo	Licença remunerada	Retorno ao Trabalho	Abono
02/06/2019 a 01/06/2020	24/03/2020 a 22/04/2020	a	23/04/2020	

Nos Termos das disposições legais vigentes e de conformidade com o Artigo 139 do Decreto-Lei nº 1.535, de 13.04.1977, serão concedidas Férias Coletivas ao Departamento/Seção FINANCEIRO, conforme demonstrativo abaixo.
A remuneração correspondente as férias coletivas, poderá ser recebida em 20/03/2020

LINHARES - ES, 22 de Março de 2020

RECIBO DE FÉRIAS COLETIVAS

Período Aquisitivo	Período de Gozo
02/06/2019 a 01/06/2020	24/03/2020 a 22/04/2020

CALCULO DA REMUNERAÇÃO BASE PARA PAGAMENTO DE FÉRIAS

Faltas	Salário Contratual	Salário Variável	Salário Fixo	Remuneração Base
1	1.684,94	0,00	0,00	1.684,94

DEMONSTRATIVO

Férias Gozadas	30	1.684,94	+
1/3 Sobre Férias		561,65	+
INSS	8,52	191,32	-

Total: Proventos:	2.246,59	Descontos:	191,32	Líquido:	2.055,27
--------------------------	----------	-------------------	--------	-----------------	----------

Recebi de:
a importância líquida de R\$ 2.055,27 (Dois Mil, Cinquenta e Cinco Reais e Vinte e Sete Centavos), conforme demonstrativo acima, referente a 30 dias de Férias Coletivas

LINHARES - ES, 20 de Março de 2020

Empresa: _____ CNPJ: _____
 Endereço: _____
 Empregado: _____ Matrícula: 736 Folha/Ficha:
 CTPS/Série: _____ Função: BALCONISTA Seção: PADARIA

ACORDO PARA CONCESSÃO DE FÉRIAS INDIVIDUAIS

_____, com sede em _____, na _____, Bairro _____, CEP _____, no Estado ES, inscrito no C.N.P.J. sob o nº _____, doravante denominado EMPREGADOR.

_____, Brasileiro, Casado, CPF nº _____ PIS nº _____ residente e domiciliado à _____, portador da CTPS nº _____ doravante denominado EMPREGADO.

DOS MOTIVOS

Considerando que a Organização Mundial da Saúde ("OMS") reconheceu a situação de pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19); bem como que uma das medidas de prevenção contra a propagação desse vírus é que não haja aglomeração de pessoas em recintos fechados, além da adoção de medidas de higiene pessoal e coletiva; Considerando a edição da Medida Provisória no. 927/2020, o qual conferiu alternativas trabalhistas para o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) inclusive em face do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública realizado pelo Decreto Legislativo no. 6 de 20/03/2020, nestas incluídas medidas por meio de negociação entre empregado e empregador que não venham a malferir direitos constitucionais. Considerando os fatos acima indicados denotam a ocorrência notória de motivos de força maior, conforme previsto no art. 501 da CLT. As partes identificadas acima, celebram entre si o presente ACORDO INDIVIDUAL PARA CONCESSÃO DE FÉRIAS, regido pelas cláusulas seguintes e demais disposições legais vigentes:

DA CONCESSÃO DAS FÉRIAS

Cláusula 1ª - Por meio do presente acordo e enquanto perdurar o período de calamidade pública, fica autorizado ao EMPREGADOR informar ao EMPREGADO sobre a concessão das suas férias individuais (conforme escolha do EMPREGADOR) com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo Primeiro: Fica desde já informando que o primeiro período de férias será do dia 24/03/2020 à 22/04/2020, não impedindo a prorrogação ou concessão de novos períodos, mediante nova comunicação de férias individuais conforme previsto no caput. (VERIFICAR A CONVENIÊNCIA DE EXCLUSÃO DA CLÁUSULA, BASTANDO APENAS A INFORMAÇÃO DOS DIAS MEDIANTE NOTIFICAÇÃO VIRTUAL OU ESCRITA ABAIXO DELINEADA)

Cláusula 2ª - A comunicação se dará mediante a simples indicação pelo EMPREGADOR do período a ser gozado, seja por meio escrito ou por meio eletrônico (e-mail, telegrama ou whatsapp), declarando o EMPREGADO a sua anuência com tal modalidade de formalização.

Parágrafo Primeiro: Desde já fica acertado que cada período não será inferior à 5 (cinco) dias.

Parágrafo Segundo: A concessão de férias poderá ser realizada, mesmo que não completo o período aquisitivo do EMPREGADO.

Parágrafo Terceiro: Fica autorizada que a concessão de férias para além número de dias que o EMPREGADO tiver direito em razão do seu ciclo aquisitivo (vencido ou proporcional), sendo que tais dias serão considerados como antecipação de ciclos futuros de férias que o EMPREGADO vier a ter direito. Caso ao tempo do desligamento o mesmo não tiver completo o período aquisitivo ou proporcional, fica autorizado a dedução do cálculo da rescisão.

Parágrafo Quarto: A conversão em um terço das férias em abono pecuniário fica a critério e conveniência do EMPREGADOR.

Parágrafo Quinto: O EMPREGADOR poderá a seu critério efetuar o pagamento do adicional de um terço de férias até a data em que é devida a gratificação natalina prevista no art. 1º da Lei no. 4/749/65.

Parágrafo Sexto: O pagamento da remuneração das férias concedidas poderá ser feito até o quinto dia útil subsequente ao início do gozo das férias, sendo aplicável o art. 145 da CLT.

Cláusula 3ª - Fica desde já dispensadas as comunicações ao Sindicato e ao Ministério da Economia do que trata o art. 139 da CLT.

Cláusula 4ª - O Considerando o término do estado de calamidade pública e/ou em se verificando a cessação dos motivos de receio de contágio que deram ensejo ao presente acordo, poderá o EMPREGADOR determinar o retorno imediato do EMPREGADO com o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Primeiro: O eventual saldo de férias residual no caso de determinação de retorno as atividades previsto no caput, poderão ser tanto indenizadas como gozadas em período posterior e inferior a 5 (cinco) dias.

DA VALIDADE

Cláusula 5ª - As condições mais benéficas previstas no atual instrumento podem ser alteradas conforme critério a ser definido pelo Empregador, sem implicar em alteração lesiva ou novação do presente acordo. O referido termo passa a vigorar na data sua assinatura, com validade indeterminada, a contar desta data.

LINHARES - ES, 22 de Março de 2020

